

# A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.4 MAI / JUN '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00



ÁFRICA NA  
REVOLUÇÃO P4

A REVOLUÇÃO E A  
CONSTITUIÇÃO P12

A REFORMA AGRÁRIA  
P18



**DIREITOS CONQUISTAM-SE!**

**LIÇÕES DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA**

## LUTAR PELOS TRABALHADORES

A Dívida não é dos trabalhadores, suspensão imediata do pagamento da dívida. Reembolso, mediante prova, dos pequenos aforradores e anulação dos títulos dos especuladores.

Nenhum sacrifício pelo euro. Anulação de todas as medidas de austeridade desde o 1º Plano de Estabilidade e Crescimento de 2010.

Fim do segredo comercial, temos o direito de saber para onde vai a riqueza produzida, divulgação pública de todos os livros de contas das empresas públicas e privadas.

Fim do sigilo bancário e fiscal para todas as empresas e para os ricos. Transparência total em todas as actividades financeiras e comerciais, em especial dos grandes grupos económicos. Fim dos offshores.

A riqueza da sociedade pertence a quem produz. Nacionalização, sob controlo dos trabalhadores e utentes, dos sectores chave da economia (água, energia, saúde, educação, transportes, comunicações, banca, seguros).

Não à privatização da Saúde, Educação e Segurança Social. O Estado Social pertence a quem trabalha e deve estar ao serviço do povo trabalhador. Criação de um plano de investimento público de reconstrução dos serviços públicos e de produção social e ambientalmente útil.

Aumento imediato do salário mínimo para 5€/hora tendo por base a semana de 40 horas para as grandes empresas e aumento progressivo para pequenas e médias. Aumento imediato das reformas e pensões mínimas para esse valor.

Redução da semana de trabalho para as 30 horas sem perdas salariais. Dividir o trabalho disponível pelos trabalhadores disponíveis com a elaboração de um plano de pleno emprego digno, social e ambientalmente útil.

A habitação é um direito fundamental, não pode ser um negócio. Parar todos os despejos, anulação da nova lei de arrendamento e abolição do IMI. Nacionalização das grandes empresas imobiliárias e criação de um plano de habitação digna e universal, com rendas adequadas ao nível de rendimento de cada agregado familiar.

Repor todos os cortes na Educação, dotar 10% do Orçamento para a Educação. Passe gratuito para todos os estudantes até aos 25 anos, aumento das bolsas de acção social e fim das propinas. Fim ao RJIES e a Bolonha. Apoiar a livre associação cultural, política e desportiva dos jovens através da construção de infraestruturas e espaços a nível local.

Acabar com a brutalidade policial e com o racismo institucional do sistema criminal, investir em reabilitação, formação profissional e emprego digno, não em prisões. Legalização total e direitos iguais para todos os trabalhadores imigrantes.

## QUEBRAR O BIPARTIDARISMO DO CAPITAL

Por uma Frente Unida entre PCP, BE, esquerda extra-parlamentar, Sindicatos e movimentos sociais que construa pela base uma real alternativa social e política à alternância do Capital entre PS e PSD-CDS.

Por um programa Socialista que realmente responda à crise. O capitalismo não tem soluções. Por um plano económico democrático baseado nos interesses da vasta maioria e do ambiente. Defender a Democracia Socialista contra a Ditadura dos Mercados.

## SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO

O Capitalismo produz pobreza, desigualdade, destruição ambiental e guerra. Precisamos de uma luta internacional contra este sistema.

Solidariedade com as lutas dos trabalhadores e oprimidos internacionalmente – uma agressão a um é uma agressão a todos. Contra a UE dos patrões e especuladores, por uma Europa dos trabalhadores, livre e socialista.

Defender sempre uma posição independente da classe trabalhadora nos conflitos imperialistas e neocoloniais.

## O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?

O CIT é uma organização comunista internacional presente em mais de 50 países e todos os continentes.

Lutamos pelo fim da exploração capitalista que produz a miséria da maioria e a opulência da minoria, enquanto gera uma catástrofe ambiental. Queremos a planificação racional e ecológica da economia mundial sob o controlo democrático de todos os trabalhadores — o Socialismo.

*Se deseja assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email*

[socialismo-revolucionario.org](http://socialismo-revolucionario.org)  
[info@socialismo-revolucionario.org](mailto:info@socialismo-revolucionario.org)  
[socialistworld.net](http://socialistworld.net) 96 959 02 08



# A LINHA VERMELHA

## Editorial

A juventude e os trabalhadores em França voltam às ruas, fazem greves, manifestações e ocupações de praças, erguendo-se contra a nova Lei Laboral num movimento a que chamaram Nuit Debout (Noite de Pé) e que pode resultar numa greve geral capaz de derrotar o projecto de lei e de paralisar o governo. No Estado espanhol, a esquerda parece estar disposta a enfrentar o PSOE e constrói a unidade para as próximas eleições. Na Irlanda, derrota-se a privatização da água com um enorme boicote de massas. Mas em Portugal estamos reféns de um acordo com um partido do capital.

## DIREITOS CONQUISTAM-SE!

Cada concessão do governo de Costa foi conquistada pela luta anterior aos acordos. Mas, para se aliarem ao PS, as direcções da esquerda minorizaram o impacto deste esforço, reduziram as suas exigências até ser-

**“ Já dissemos que manter as negociações à porta fechada é desarmar quem sofre a austeridade. ”**

em insignificantes para a classe dominante.

O PS entende o perigo de se desintegrar entre as exigências dos trabalhadores e as exigências de Bruxelas. Defendendo os acordos a todo o custo, ao invés de aproveitar a debilidade do governo, as direcções da esquerda limitam-se a acções inofensivas e a alguns discursos vazios. Não fazem mais do que dar fôlego ao capital quando este está mais exposto a um ataque.

Já dissemos que manter as negociações à porta fechada é desarmar quem sofre a austeridade. Quem apresenta as concessões desde Outubro como resultado dos acordos, engana os trabalhadores.

A realidade é que a família política do PS corre perigo de morte. O PASOK, irmão grego do PS, foi trucidado na polarização da política grega. Costa só pretende evitar

esse destino, mas quando se sentir mais ameaçado pela banca alemã do que por quem trabalha em Portugal, será indistinguível de Passos Coelho. A esquerda, essa, continuará na marginalidade, arrastando consigo o movimento operário enquanto se recusa a construir uma alternativa séria ao bipartidarismo.

## O GOVERNO RESGATA A BANCA, A ESQUERDA RESGATA O GOVERNO

Mal Costa chegou a chefe de governo, logo resgatou os accionistas falidos do Banif, injectando quase 3 mil milhões de fundos públicos nessa empresa privada, para de seguida a vender ao Santander Totta por míseros 150 milhões. Com esta esquerda, a classe trabalhadora está indefesa! Os 36 deputados e todos os seus instrumentos institucionais, que bastam perfeitamente para suportar o governo de direita, não valeram de nada para defender os fundos que este desviou da habitação, da saúde, da educação, dos transportes... E o PSD apoiou o resgate, porque quando se

trata de defender o capital, a direita é um só partido.

Já o PCP e o BE, apesar de estarem de acordo na posição sobre a União Europeia, mantêm-se separados. Ora, a Comissão Europeia já pretende impor um corte adicional de mil milhões este ano. Ao manter os acordos sem construir mobilizações sérias, em boa verdade, PCP e BE submetem-se ao Tratado Orçamental Europeu (TOE) e dirigem-se a um beco sem saída.

## UMA FRENTE UNIDA

Que fique claro: a direita está no poder. Recuou nas promessas de renacionalização da TAP, manteve a concessão do Metro do Porto, privatizou o Banif e privatizará o Novo Banco. Prepara-se ainda para trans-

formar a Universidade Nova de Lisboa em “fundação” — uma privatização encapotada. Acima de tudo, adia vez após vez o aumento dos salários, canaliza a riqueza para o Capital e permite-lhe fugir aos impostos como lhe aprouver.

Todos os golpes que a classe trabalhadora tem aplicado à burguesia têm de ser concentrados e transformados num único e avassalador movimento. Fazer dissipar a luta por temer um governo PSD/CDS é o que nos levará a um governo PSD/CDS mais forte do que o último, porque nós estaremos mais fracos.

É o PS que deve temer, e as suas concessões serão tão grandes quanto o seu temor dos trabalhadores. Todas as forças de esquerda — PCP e BE, em conjunto com a CGTP e restantes sindicatos e movimentos combativos — devem unir-se o quanto antes numa Frente Unida eleitoral e de luta contra a direita, organizadas sob um programa político comum. E se as direcções não avançam nesse sentido, vítimas do sectarismo das burocracias, da rotina e dos vícios parlamentares, os trabalhadores e militantes não devem fazer-se esperar. Em cada bairro, cada local de trabalho, cada escola ou universidade, a unidade deve ser construída a todo o momento.

Nesses espaços de unidade poderemos discutir o programa para acabar com a crise e construir a solidariedade entre os diferentes sectores da classe trabalhadora.

O Socialismo Revolucionário defende que devemos exigir, imediatamente, o aumento do salário mínimo para 600€, a semana de 35 horas para todos e o fim dos recibos verdes e das empresas de trabalho temporário. Mas temos, igualmente, de ligar estas (e tantas outras) reivindicações imediatas às questões mais amplas.

Não é possível reconstruir os serviços públicos sem suspender o pagamento da dívida agiota, e isso implica sair da UE. Como aprendemos com a Grécia, há que ter o controlo público da banca e nacionalizar os sectores estratégicos. A esquerda já não pode ser esquerda e pretender menos que isto. A linha vermelha está traçada.

# A MÃE NEGRA DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA



Manifestação em Lisboa 25 de Abril de 1974, foto do Estúdio Horácio Novais

## A REVOLUÇÃO PORTUGUESA É O RESULTADO DIRECTO DAS REVOLUÇÕES EM ÁFRICA

Ysmail X

### CONTRADIÇÕES E MOVIMENTO

No 1º número — no artigo “Neocolonialismo hoje” —, servindo-nos das palavras de A. Cabral, definimos colonialismo como a dominação directa de um território e sua população por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, polícia, agentes de administração). Ele é corolário do modo de produção capitalista no seu estágio mais avançado de desenvolvimento da divisão técnica, social e internacional do trabalho: o imperialismo. Tem a função dúplice de transformar os territórios dominados em fontes de matérias primas e mercados para escoamento de mercadorias, sujeita as economias coloniais às necessidades de desenvolvimento das economias metropolitanas.

Ora, uma das leis fundamentais da dialéctica pode ser formulada da seguinte

forma: tudo o que existe está em perpétua transformação. O colonialismo não foi excepção, tinha contradições e, por força destas, avançava para o seu perecimento.

Entre as suas contradições fundamentais estava aquela entre a sua necessidade de desenvolver determinados sectores produtivos, assim como o aparelho administrativo que permitia suportá-los, e a sua necessidade de manter o povo dominado nos níveis mais baixos de conhecimento técnico e político. A burguesia aprendera já, com as revoluções do séc. XIX, que desenvolver a classe operária é engrossar o exército dos seus coveiros.

Cada país colonialista, com as suas condições históricas particulares, encontrou uma forma de adiar o solucionamento desta contradição.

No império português, criou-se o estatuto do indigenato. O povo dominado foi dividido em duas categorias legais: assimilados e indígenas. Os assimilados eram negros ou mestiços que, com os co-

lonos, desfrutavam dos direitos de cidadania e acesso à educação estatal, ainda que desigualmente. Os indígenas viam os seus direitos restringidos ao mínimo no papel e tornados nada na realidade.

Se, na lei, se podia ser promovido por ser cristão, escrever e falar fluentemente o português e adoptar costumes dos colonos, mais fácil era passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um indígena no reino dos assimilados. Na década de 50, Angola tinha a maior percentagem de assimilados: 0,8%.

A construção de escolas e hospitais era rara. A força de trabalho era abundante e a sua educação correctamente entendida como desnecessária e perigosa pela burguesia. O Estado administrava essa força de trabalho, muitas vezes em regime de trabalho forçado tanto em obras públicas como ao serviço do capital.

Paralelamente, a legislação sancionava as instituições pré-capitalistas de dominação de classe. As classes dominantes

autóctones, saídas das guerras de rapina e escravização possibilitadoras do tráfico negreiro, viam agora, na cooperação com o colonialismo, a única garantia do seu domínio sobre as classes trabalhadoras que exploravam.

Assim, onde o trabalho assalariado era necessário — centros urbanos —, impedia-se que o assalariado africano acesse à educação ou a qualquer tipo de organização política e garantia-se que os seus salários e rendimentos eram tão baixos quanto possível (às vezes em sobre-exploração). Por outro lado, onde possível, evitava-se o assalariamento, ossificavam-se as estruturas sociais autóctones e explorava-se o trabalho mediante as classes dominantes pré-capitalistas — senhores de escravos, senhores feudais.

Mas nada quebra a lei universal do movimento perpétuo. As economias coloniais desenvolveram-se pelas próprias exigências da acumulação de capital, fazendo crescer consigo as massas exploradas, e com estas o aparelho administrativo, logo, uma camada de africanos com acesso a conhecimentos técnicos e, mais fatalmente, políticos.

Os dirigentes africanos estudaram nas universidades do coração do império para servir a administração colonial. Em Lisboa, entraram em contacto com a luta dos trabalhadores e envolveram-se com as suas organizações — entre as quais se destaca o PCP, partido que auxiliaria os movimentos de libertação durante a luta armada, organizando a saída clandestina dos seus dirigentes, combatendo a desinformação fascista e até sabotando o exército colonialista.

### A LUTA ARMADA

A Cotonang, belga, explorava os camponeses da Baixa de Cassange. Em Janeiro de 1961, estes entram em greve contra a cultura obrigatória do algodão, que vendiam a preços estabelecidos pela empresa. Forçados a trabalhar, sublevaram-se. A repressão não se faz tardar. O Estado respondeu com um massacre de mais de 300 vítimas mortais.

Um mês depois, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) iniciava

uma guerra revolucionária.

Seguiu-se a Guiné, em 1963, sob a direcção do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e Moçambique, em 1964, com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Ainda em 61, as leis do indigenato seriam revogadas. Foi a primeira conquista. Outras concessões, e até uma proposta de “autonomia”, seriam feitas durante a década de guerra.

No ano seguinte, 1962, Portugal gastou 28,7% das suas despesas com o exército. Até 1970, esta quota subiu para 44,4%. No início da década de 70, tinham sido enviados 130 000 homens para combate. Exauria-se a classe trabalhadora com a guerra e granjeava-se o seu ódio. “Sendo a população dos Estados Unidos da América aproximadamente vinte e cinco vezes maior do que a portuguesa”, diz-nos Basil Davidson, “estas forças em África representavam um esforço por parte de Portugal equivalente a um exército norte-americano na República do Vietname de cerca de 3 250 000 homens, isto é, seis vezes mais do

Nestas zonas foram construídos órgãos de poder de um novo tipo: escolas e hospitais geridos democraticamente pelos trabalhadores, milícias populares — i.e., o armamento dos trabalhadores, condição sine qua non para o socialismo — e um sistema de concelhos e tribunais populares coroado pela Assembleia Nacional Popular. As velhas instituições e as divisões religiosas e étnicas eram desfeitas em pó e varridas pela revolução. “Um Homem novo veio da mata, de armas na mão”.

Cada vitória dos explorados em África era uma vitória dos explorados em Portugal, enfraquecia o inimigo comum, aproximava operários e camponeses do poder em todos os países.

### 25 DE ABRIL

As derrotas da burguesia portuguesa levaram-na à ruína. Em 1974, a guerra estava perdida de forma evidente, e ninguém o sabia melhor do que aqueles que tingiam com o seu sangue o campo de batalha.

Nestas circunstâncias, um grupo de

“ Cada vitória dos explorados em África era uma vitória dos explorados em Portugal ”

que as tropas americanas no Vietname no auge da guerra”.

O colonialismo foi derrotado pela exaustão. Mas, como Amílcar Cabral explicou incansavelmente, a autodeterminação exigia o controlo das forças produtivas. As pequenas-burguesias autóctones, capazes de tomar o aparelho de Estado após a independência, no entanto, estavam desligadas da produção e mantê-la-iam sob controlo das burguesias imperialistas. Era necessário organizar e educar o proletariado para a tomada do poder. A libertação era, numa palavra, o socialismo.

Ora, a Guiné-Bissau foi onde a revolução chegou mais longe. Em 1973, recebendo armamento da URSS, o PAIGC pôs fim à superioridade aérea do exército português. Mas já antes a revolução avançava contra bombardeamentos de napalm nas chamadas zonas libertadas.

capitães do exército português, querendo a paz, organiza um golpe de Estado que é frustrado no dia 16 de Março de 1974. Pouco mais de um mês depois, uma nova tentativa é bem sucedida. Foi o 25 de Abril de 1974. Haviam sido despertadas as forças profundas da História, começara a Revolução Portuguesa.

Como cada uma das revoluções derrotadas nos últimos dois séculos, esta contém em si sementes de vitória. Ela ombreia outras grandes revoluções, como a Espanhola.

A sua primeira lição é que a luta de classes não se compreende à escala nacional. A Revolução Africana foi a mãe negra da Revolução Portuguesa — o proletariado em Portugal jamais poderá esquecer o laço assim forjado entre si e as massas exploradas em África.

# “TANTA CASA SEM GENTE, TANTA GENTE SEM CASA”

*Luis Sombreiro*

## A REVOLUÇÃO DE 1974-75 E A HABITAÇÃO:

Na época do “Estado Novo”, a pobreza da classe trabalhadora urbana e rural não permitia que uma grande parte da população tivesse acesso a habitação digna. As condições de espaço e de higiene eram miseráveis. Esta é a base das reivindicações que fizeram surgir as organizações de moradores após o 25 de Abril.

A 28 de Abril, os moradores das barracas da Boavista em Lisboa, iniciaram as primeiras ocupações de casas vagas dos bairros camarários. A ocupação em massa, a recusa em sair apesar das advertências e confrontos com a polícia e os militares, começou a surgir por todo o país. O bairro da fundação Salazar, em Lisboa, agora chamado bairro 2 de Maio, foi ocupado por uma manifestação organizada pelos moradores. A ideia era as casas e prédios desocupados daquele bairro passarem a pertencer às pessoas que mais precisavam, o que era decidido democraticamente pela organização. Esta expropriação organizada só era possível devido ao recente aumento da organização dos moradores e trabalhadores. A 14 de Abril de 1975 a Conselho da Revolução legalizou as ocupações feitas até então, mas proibiu futuras. As organizações de trabalhadores e de moradores eram um problema para os novos dirigentes que queriam governar o país mantendo o capitalismo, ou seja, as mesmas relações laborais e o respeito pela propriedade privada. Antes do 25 de Novembro de

1975 a organização das comissões de moradores crescia pelo país, com o intuito de reivindicar reformas sociais pela habitação. Exemplo disso é o plenário das comissões de moradores do concelho de Sintra em 9 de Março de 1975, em que se debatem melhoramentos locais.

## LUTA ACTUAL

A luta pelo direito à habitação continua a ser necessária. Um exemplo dessa necessidade são os despejos na Amadora que duram desde 2012 até ao presente, em terrenos que

“... é necessário um aumento de organização de comissões de moradores a nível local e nacional, que possam gerir o uso das casas democraticamente.

pertencem a um fundo de investimento privado. A autarquia da Amadora está a desalojar pessoas devido a interesses económicos no local. Apesar de o governo ter aprovado o Programa Especial de Realojamento em 1993, este nada fez para resolver o problema de habitação da Amadora. Não é de admirar que pessoas com necessidades e sem posses se alojassem nestes terrenos abandonados.

Este programa, em 20 anos, apenas se focou na construção de novas habitações, não analisando com eficácia as necessidades de mobilidade das famílias e os custos da habitação para estas, como dito no novo programa com o nome Estratégia Nacional para a Habitação[1], aprovado em Julho de 2015. Existem também programas de incentivo à habitação a nível nacional, como o Porta 65,

em que o Estado contribui com o pagamento de uma parcela da renda de jovens arrendatários, em casos em que as rendas são demasiado altas para os seus rendimentos. As únicas soluções a nível social que o sistema político actual apresenta, são aquelas que fomentam o crescimento do mercado livre de habitação. São pensadas sempre relativamente ao impacto no mercado imobiliário e, numa lógica capitalista, colocam-no em primeiro lugar, acima da real necessidade da população. O problema nunca será resolvido por este Estado da classe dominante, só pode ser resolvido pelos moradores e trabalhadores, como foi durante a Revolução.

A melhor maneira, localmente, de moradores gerirem directamente o espaço de habitação é unindo-se em comissões de moradores que identificam e servem directamente as suas necessidades. Caso contrário, o acesso a uma casa é confiado apenas ao mercado. Isto traz problemas, pois o mercado imobiliário pode ser visto de duas formas: como compra ou arrendamento de habitação entre moradores e proprietários; ou como forma de investimento de capital.

A relação entre estas duas formas de possuir uma casa, usada para habitação ou como capital de investimento, têm um

impacto social na quantidade de casas disponíveis e no seu preço. Além disso, o aumento da desigualdade social nos rendimentos está também ligada à deterioração das habitações.

## DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS, QUALIDADE DA HABITAÇÃO E CONTROLO PRIVADO

O proprietário de um prédio que arrende as casas no seu interior tem sempre interesse em fazer manutenção do prédio e das casas para não deixar diminuir o seu valor de mercado, no mínimo. Mas a manutenção da habitação tem uma importância imediata para quem lá vive. No entanto, para um proprietário, as condições de um imóvel só

irão ter importância para o valor de troca do imóvel quando o quiser vender, ou para que as casas não percam o seu valor de arrendamento. Assim, quando as possibilidades dos inquilinos em pagar a renda diminuem e com isso diminui o lucro do proprietário, este último pode passar grandes períodos de tempo evitando despesas, descurando as necessidades de manutenção.

Neste exemplo, a manutenção de um imóvel está mais ligada aos interesses do proprietário do que às necessidades de quem o habita. E a dificuldade dos trabalhadores no pagamento das rendas pode contribuir para que a deterioração se intensifique. A deterioração do edifício pode ser tal que só se pode reverter com grandes investimentos, cada vez mais impossíveis para quem trabalha.

A política de habitação actual recorre também ao incentivo ao crédito, contribuindo para que um número cada vez maior de pessoas recorra a um crédito de habitação. Podemos notar que, entre 1994 e 2013, o número de beneficiários de empréstimos deste tipo subiu de 84.445 para 2.351.160 (um aumento superior a 2.700%)[1].

De uma forma simples, os proprietários usam o imobiliário como um investimento, desligado das necessidades de quem habita. Quem não tem posses, para poder ter onde viver, recorre a um crédito à habitação, que em caso de falha de pagamento leva à devolução do imóvel aos credores, ou recorre ao arrendamento. De qualquer das duas formas, terá de ter uma elevada despesa mensal para manter o seu alojamento. Ou seja, o aumento das desigualdades sociais está intimamente ligado com o controlo privado do mercado de habitação.

Um fundo de investimento vê a habitação como um meio para obter lucro, desligada do seu uso imediato. É então possível que grandes quantidades de imóveis estejam na posse de fundos privados sem o intuito de serem habitados. É o que acontece com grande parte dos edifícios devolutos em Lisboa. O preço das rendas é inflacionado pela redução da oferta. Só em capitalismo faz algum sentido impedir que as casas sejam habitadas por quem não tem onde viver. Enquanto a habitação não for socializada, isto é, não for gerida democraticamente tendo

como único fim o suprimento das necessidades humanas, não se encontrará saída para estes problemas.

## TRANSFORMAR A HABITAÇÃO EM BEM PÚBLICO

A habitação tem de ser controlada pelos moradores que a usam, ou que dela precisam. Para chegar a uma gestão a esse nível, é necessário um aumento de organização de comissões de moradores a nível local e nacional, que possam gerir o uso das casas democraticamente. Com a crise estrutural que o capitalismo enfrenta, seria ingénuo esperar reformas governamentais neste sentido. A importância da classe trabalhadora vem do facto de só ela poder produzir e distribuir os recursos capazes de satisfazer as necessidades sociais. Como ex-

plicou Engels, “apenas um governo dirigido ou pressionado pelos trabalhadores poderá realmente administrar reformas legais na habitação.”[2]

A habitação terá de deixar de ser controlada por fundos privados e grandes capitalistas. Uma mudança estrutural no mercado da habitação que inclua esta dimensão social tem de ser acompanhada por uma mudança estrutural do sistema de produção e distribuição. E com isso pretende-se uma mudança da influência da classe capitalista na formulação de reformas sociais e retire-se o controlo que os grandes capitais têm sobre o direito à habitação. A gestão social da habitação é incompatível com a lógica capitalista, logo a luta pela habitação só existe no encontro com a luta pela revolução proletária, tal como em 1974.



Cartaz “Casas sim, Barracas não” pertencente ao espólio de Alexandre Alves Costa



Greve dos enfermeiros, foto de Estela Silva LUSA

## A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E A SAÚDE

Tomás Nunes

O actual Serviço Nacional de Saúde (SNS) resulta dum longo processo evolutivo e regressivo. A sua implementação iniciou-se oficialmente em 1979, durante o 5º governo constitucional de Maria de Lourdes Pintassilgo. Porém, o processo de resolução começou anos antes. A criação do SNS permitiu colmatar o grande atraso em relação aos restantes países europeus, aumentando a esperança de vida, diminuindo as mortes prematuras e melhorando na generalidade a saúde do povo trabalhador. No entanto, há anos que o SNS sofre duros golpes, quer através da diminuição do Orçamento para a Saúde ou através da transferência do erário público para os cofres dos dois grandes grupos privados, Mello e Espírito Santo, por via da ADSE ou de PPPs. O regime político consolidado após o final do PREC, com o golpe do 25 de Novembro, estabeleceu as condições para um

processo de desmantelamento da socialização da Saúde.

### A SAÚDE ANTES DA REVOLUÇÃO

Até 1946, de acordo com o Regulamento Geral de Saúde de 1899-1901, a assistência médica era gerida pelas Autarquias e Misericórdias, sempre com um cariz caritativo. Estes serviços medíocres remendavam o débil estado de saúde do povo trabalhador, mantendo-o tão-somente capaz de vender a sua força de trabalho. Já a burguesia contava com um serviço inacessível à classe trabalhadora e muito mais desenvolvido. Assim, os serviços de saúde eram todos privados, com exceção dos 4 hospitais estatais que não davam ao povo trabalhador acesso a cuidados curativos.

A concentração de infraestruturas no litoral condenava grande parte da população a cuidados precários. A maior parte da classe trabalhadora dependia do voluntarismo de

certos médicos, os “João Semana” que pouco podiam fazer.

Uma suposta reforma no âmbito da Saúde foi o Decreto-Lei nº 413/71 de 27 de Setembro 1971, proposto pelo Secretário de Estado da Saúde de Marcelo Caetano. Não passou duma tentativa dissimulada de apaziguar o crescente descontentamento contra o regime fascista, que se refletia, entre muitas outras coisas, no enorme atraso dos serviços. Na década de 1960, Portugal tinha assistência médica que cobria cerca de 18% da população, em 1969 morriam 55 crianças em cada 1000 nascimentos e apenas 1,7% do PIB era investido na Saúde.

### O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE: CONQUISTA DA REVOLUÇÃO

Antes da Revolução, a saúde dependia de médicos aburguesados e cientes da sua posição privilegiada perante a classe trabalhadora, organizados pela Ordem dos

Médicos. Na revolução, as organizações e partidos dos trabalhadores começaram a construir um sistema de saúde público. Era necessário nacionalizar os hospitais privados e misericórdias, construir uma rede de atendimento gratuito e universal, descentralizar os serviços de saúde, sanear todos os serviços administrativos e instaurar métodos de gestão democrática. Começou-se por criar Comissões de Trabalhadores (CT) e os hospitais passaram a ser geridos através de Assembleias de Trabalhadores (AT) e Comissões de Gestão compostas pelos vários profissionais de saúde. As CT's e as AT's permitiram alterar o funcionamento de cada hospital, melhorando a gestão de recursos e garantindo a qualidade da prática clínica. Porém, o défice de infraestruturas impedia esta mudança no meio rural. Os trabalhadores rurais, que lutavam pela Reforma Agrária (RA), não tinham acesso aos cuidados de saúde. Alguns profissionais de saúde, cientes da importância da RA para a transição socialista, organizaram-se para prestar auxílio aos trabalhadores. Através da criação de Núcleos de Saúde e Centros de Cuidados Sociais, promoveram sessões públicas sobre cuidados básicos de saúde, fizeram rastreios, reuniram-se com sindicatos, inspecionaram locais de trabalho, iniciaram protocolos preventivos, organizaram Sessões de Trabalho e também fizeram parte da luta política. Os Serviços Médicos à Periferia e o Serviços Médico-Sociais, em Lisboa, foram processos com o mesmo carácter. Demonstrou-se que sem alterações socio-económicas a saúde da classe trabalhadora estaria comprometida.

As alterações na organização hospitalar, regional e descentralizada, não estariam completas sem a luta sindical. A criação do Sindicato de Médicos da Zona Sul e do Sindicato dos Enfermeiros permitiu fazer face à Ordem dos Médicos, reduzir a carga horária, promover a formação e lutar pela contratação coletiva. Os enfermeiros, tendo uma consciência de classe mais apurada, combateram a precarização da profissão: aboliram os diferentes escalões profissionais. Já os médicos estavam divididos entre os profissionais progressistas dos hospitais públicos e os profissionais das clínicas privadas. A Ordem dos Médicos, aliada ao sec-

tor mais reacionário, tudo fez para boicotar o saneamento e as reformas, mas a relação de forças era favorável aos trabalhadores.

O 25 de Novembro trouxe novo alento à direita reacionária. Juntamente com o PS, começaria a sabotagem. Através da mais execrável burocratização, pôs-se fim à gestão democrática dos hospitais (às AT), aos programas Médico-Sociais e Periféricos e, através de falsos “programas sociais”, também ao valioso trabalho dos médicos mais progressistas. O papel dos profissionais voltou a ser meramente curativo, despolitizado e enquadrado em moldes que não apresentavam perigo a uma burguesia organizada e focada na retoma do controlo do sector da Saúde.

Com a implementação da Constituição de 1976, criaram-se as bases do SNS contra os votos do CDS. Foi António Arnault, ministro dos Assuntos Sociais em 1979, que proclamou a formação do SNS.

O SNS trouxe resultados indiscutíveis, e a luta dos trabalhadores foi fundamental para o tornar num dos mais desenvolvidos do mundo. Desde 1974 até 1990, registaram-se as seguintes melhorias: uma descida de 31,7 para 11 óbitos por cada 1000 nascimentos; aumento até quase 100% da cobertura populacional (o salto qualitativo deu-se entre 1976 e 1978, com os centros de saúde); uma subida de 4,1% para 6,5% do PIB dedicado à saúde (a média europeia era de 7,4% em 1990).

### UMA REVOLUÇÃO INACABADA

Nos anos 80 a Aliança Democrática (PSD/CDS/Partido Monárquico) tudo faria para acabar com o SNS, admitindo que não aplicaria as Leis Base por discordar delas. O Ministério da Saúde, composto por membros da Ordem dos Médicos, tentou revogar as leis que inovavam os Serviços e diminuir o Orçamento, bloqueando todas as propostas progressistas.

À medida que a burguesia portuguesa recuperou o controlo da banca, dois grandes grupos destacaram-se: o Grupo Mello e o Grupo Espírito Santo. O crescente poder dos grupos privados coincidiu com os cortes no SNS e nos salários dos trabalhadores da Saúde, a implementação de taxas modera-

doras cada vez mais altas e o aumento do preço dos medicamentos. Com a degradação do SNS, os privados viveram uma “legitimação” clientelar — as pessoas passaram a preferir clínicas privadas por terem melhores condições. O ataque foi iniciado por Arlindo de Carvalho, do PSD, em 1990, continuado por Luís Filipe Pereira, também do PSD (governo de Durão Barroso) e mais tarde por Correia de Campos, do PS. Eis alguns dos responsáveis pelo compadrio do Estado com os grupos privados — materializado na ADSE e nas inúmeras PPPs, inauguradas pelo governo de António Guterres.

Este ataque acelerou com a intervenção da Troika e os governos de Sócrates e Passos Coelho. Entre 2010 e 2015, foi executada uma redução de 5584,8 milhões de euros no Orçamento de Estado para a Saúde, o que correspondeu a uma redução de 40,3%. Contando com a inflação e o aumento dos preços, esse valor aumenta para 6198,8 milhões (44,7%). Em 4 anos, a direita reduziu em metade o financiamento da saúde pública enquanto os grupos privados receberam um aumento de 166,7%, passando a receber 427.8 milhões de euros em vez de 160.6 milhões. Tudo isto apesar da Constituição.

### A LUTA ACTUAL POR SAÚDE PARA TODOS

A classe trabalhadora é hoje forçada a fazer escolhas entre alimentação, educação, habitação e saúde. Cada ida ao consultório são 7.75 euros, cada ida às urgências são 20.60 euros, sem contar com os transportes, com as condições laborais que determinam se as pessoas têm ou não o direito de adoecer e com hospitais sem condições para tratar e receber qualquer pessoa com mobilidade limitada.

Há que lutar pelo controlo democrático dos serviços de saúde; contra a privatização; contra a indústria farmacêutica; lutar pela qualidade dos serviços; exigir a diminuição da carga de trabalho e melhores condições laborais. A saúde da classe trabalhadora não depende apenas dos serviços de saúde, depende da totalidade das condições socio-económicas. E estas são dominadas, hoje, pela lógica capitalista de lucro privado e acumulação de capital.

# A CONQUISTA DA EDUCAÇÃO PELA REVOLUÇÃO

Minerva Martins

A situação revolucionária de 1974 e 1975 possibilitou a emergência do Estado Social em Portugal e, em particular, o surgimento de um sistema de educação público, universal e gratuito consagrado pela Constituição da República Portuguesa de 1976. O Processo Revolucionário em Curso (PREC) conquistou, através de várias formas de organização popular e do desenvolvimento de órgãos de duplo-poder, direitos da classe trabalhadora que ainda hoje têm expressão — nomeadamente, no campo do ensino.

Logo após os eventos de Abril de 1974, verificaram-se progressos nos mecanismos de gestão democrática das instituições de ensino, na implementação de novas abordagens educativas, e melhorias nas condições de trabalho dos docentes/funcionários, assim como nas condições materiais dos estudantes, necessárias ao seu percurso académico.

Tal procurou ser uma ruptura com anteriores formas de gestão das instituições de ensino que serviam valores e visões políticas defendidas pelo fascismo do Estado Novo. António Teodoro, militante do sector intelectual do PCP nos anos 70, critica os moldes de “ensino livresco, divorciado da vida e da experiência” assentes numa abordagem autoritária que procurava a subserviência e a passividade dos jovens perante a ideologia fascista. Também a desactualização e censura da prática científica, assim como o acesso elitista às próprias instituições de ensino, marcaram a herança educativa do Estado Novo.

O documento Esquema de Anteprojecto do Programa Nacional de Alfabetização de 1975 fala da necessidade de implementação de uma revolução cultural, de uma preparação para a transição socialista através da “participação activa e consciente das massas populares”. A questão da alfabetização foi uma prioridade para o desenvolvimento desse novo projecto educativo para Portugal durante o PREC, imediatamente a partir do

1º Governo Provisório. De assinalar que, no ano de 1974, cerca de 25% da população era analfabeta. Para tal, foi também necessário confrontar o problema dos baixos níveis de frequência dos vários ciclos escolares, desde o 1º ciclo de escolaridade.

O Verão de 1974 foi marcado pela Campanha de Alfabetização e Educação Sanitária da Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses (Pró-UNEP), entidade próxima da União dos Estudantes Comunistas (UEC). Também a Campanha de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) foram iniciativas de combate à analfabetização da população portuguesa durante o período do PREC. O Verão quente de 1975, com o início da crise revolucionária e com a intensificação das tensões no movimento estudantil, colocou diversos obstáculos à continuação das campanhas de alfabetização.

“É fundamental envolver, nesta luta pela democratização do ensino, aqueles a quem o capitalismo já não consegue satisfazer as exigências mais básicas, como o direito a uma educação

## MOVIMENTO ESTUDANTIL DURANTE O PREC

Desde a década de 1960 que os Liceus e Universidades eram um espaço de significativa expressão do movimento estudantil. O ano de 1973 ficou marcado já por uma enorme mobilização estudantil, que se reflectiu no número elevado de presos políticos (cerca de metade do total de presos políticos desse ano). Sobre o período logo após o 25 de Abril de 1974, Raquel Varela fala, no seu livro *História do Povo na Revolução Portuguesa: 1974-75* (2014), de uma multiplicação de plenários de estudantes nas Universidades, de saneamentos de professores conotados com o regime fascista e de um constante clima deliberativo.

Deram-se vários confrontos entre as

manifestações estudantis e o PCP durante o PREC. O Partido Comunista Português tinha pouca influência nos sectores estudantis, e confrontava-se com outras organizações conotadas com posições “esquerdistas” — como é exemplo o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP).

As manifestações do PCP contra a greve geral de Março de 1975 nos liceus envolvem caracterizações das expressões políticas estudantis como reaccionárias e como ligadas a interesses burgueses de ócio e parasitismo. Há ameaças de medidas coercivas para que os órgãos de gestão estabelecidos legalmente sejam reconhecidos, por oposição aos órgãos eleitos nas escolas através de processos democráticos.

O surgimento do Serviço Cívico Estudantil (SCE) em Maio de 1975 representou uma medida de canalização da mobilização estudantil para órgãos institucionais e também de aproximação do Partido Comunista aos jovens fora dos espaços universitários.

O SCE estava articulado com as campanhas de dinamização do MFA, e procurava formar os estudantes através de uma participação e contacto amplos com diversas actividades sociais, culturais e desportivas que promovessem novas formas de integração na vida social. Estudantes do liceu manifestaram-se contra a participação neste serviço. A União dos Estudantes Comunistas (UEC) direccionou a sua actividade de militância, não para as manifestações e greves nos liceus, mas para a edificação do SCE.

## REVOLUÇÃO SOCIALISTA E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO

Após a Revolução Russa de 1917, num panorama de elevada analfabetização, foi urgente a construção de um plano de edu-

cação que possibilitasse ao povo russo a apreensão da herança capitalista para a construção de uma nova sociedade socialista. Esse plano parte de um pressuposto fundamental em Vladimir Lenin de que o socialismo e a cultura socialista não emergem de um vazio material, mas sim de todo o desenvolvimento histórico e cultural do capitalismo que o precede.

“Não se trata de inventar uma nova cultura proletária, mas sim de desenvolver os melhores modelos, tradições e resultados da cultura existente, do ponto de vista marxista do mundo e das condições de vida e de luta do proletariado na época da sua ditadura” (Lenin, 1920, Guia da Resolução sobre a Cultura Proletária).

Não é apenas necessário que o proletariado alcance o poder do aparelho de Estado e das instituições, mas que adquira novas competências organizativas, educativas e culturais. E o projecto de massificação do conhecimento, servindo as necessidades económicas de uma emergente reorganização das relações produtivas após um período revolucionário, deve assim contribuir para a aquisição dessas competências.

## O ENSINO HOJE: LUTAS E PROSPECTIVAS

Portugal não se encontra hoje numa situação revolucionária. As actuais instituições de ensino são dominadas pelos interesses da burguesia, e são pouco expressivas as manifestações que contestam este poder nos espaços de ensino.

No entanto, a formação educativa que

essas promovem é necessária para concretizar a própria emancipação face ao sistema capitalista — assim como para construir uma nova cultura socialista após a conquista revolucionária do poder pelo proletariado. O socialismo enquanto saber científico apenas teve condições para ser difundido e de se apresentar à classe proletária como alternativa real para a superação da sua condição de exploração a partir das instituições de ensino burguesas e dos mecanismos que essas oferecem de apreensão de conhecimento e análise da realidade. Apesar de não serem os intelectuais os actores principais da revolução, nem ser uma condição que todos esses actores dominem a análise histórica e social, sem teoria revolucionária a guiar o proletariado não existe movimento revolucionário (Lenin, 1902, Que fazer?).

Exigimos, para o actual sector educativo, a responsabilidade de um financiamento público das instituições de ensino que possibilite o seu acesso gratuito e universal, assim como o controlo democrático da comunidade académica sobre o seu funcionamento.

Apesar das reivindicações e projectos apresentados durante o PREC, não existe hoje uma real democratização do ensino. Durante o período de democracia burguesa, as conquistas da revolução na educação foram sendo delapidadas, tanto em termos de acesso como em termos de gestão democrática das instituições. Esta realidade é particularmente evidente no Ensino Superior onde, nos últimos anos, se verificou um aumento dos incentivos a um abandono escolar forçado com o aumento do valor das propinas ou a degradação dos serviços

de acção social escolar; assim como uma presença cada vez mais determinante de interesses privados sobre a gestão das instituições públicas, através de mecanismos como o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) e o Regime de Fundação.

É fundamental envolver, nesta luta pela democratização do ensino, aqueles a quem o capitalismo já não consegue satisfazer as exigências mais básicas, como o direito a uma educação: os estudantes que foram obrigados a abandonar o ensino, os que têm que trabalhar para prosseguir os seus estudos, os que apresentam dificuldades para pagar os seus custos de alimentação, residência, transporte. É importante ainda unir todos os estudantes que não encontram respostas na actual gestão do sistema educativo relativamente ao futuro incerto com que se confrontam — marcado pela precariedade, pelo desemprego, pela instabilidade laboral, pela ausência de direitos —, as famílias que dedicam parte do rendimento do seu trabalho para o pagamento dos serviços educativos, e todos aqueles que lutam por direitos enquanto trabalhadores das escolas, universidades e politécnicos.

A democratização do ensino e a adaptação dos programas curriculares às exigências de todos estes grupos pode somente ser alcançada quando a luta comum entre estudantes, trabalhadores e desempregados criar condições para uma transformação das bases económicas que alicerçam a actividade das instituições de ensino, por via de uma revolução socialista.



Alunos do básico e secundário protestam em Lisboa, foto de Adelaide Carneiro





tivamente. A quente Guerra Fria ainda não tinha arrefecido apesar de se viver o rescaldo da Guerra do Vietname. Em 1973 o presidente eleito do Chile, Salvador Allende, foi deposto num Golpe de Estado patrocinado pela CIA. Nesse momento vivia-se a crise petrolífera que trazia consigo a estagnação das economias. Enquanto isso, o Estado português mantinha a guerra colonial com todo o esforço económico e financeiro que a situação acarretava. As duas superpotências procuravam expandir a sua influência junto de territórios colonizados ou semi-colonizados, principalmente em África. Apesar de um crescimento económico assinalável — muito por força da sua adesão à EFTA —, Portugal mantinha-se entre os países menos industrializados e desenvolvidos da Europa. O nível de analfabetismo era assinalável, assim como a assimetria de rendimentos. O progresso industrial e a consolidação de camadas intermédias da sociedade, ainda assim, fortaleceram o movimento operário e deixavam antever que a pequena-burguesia em ascensão faria um maior questionamento do regime. O peso da guerra colonial contra os movimentos de libertação nacional africanos somou-se ao descontentamento dos capitães do exército por motivos corporativos. A 25 de Abril de 1974 deu-se um Golpe de Estado operado pelo Movimento das Forças Armadas. A Primavera Marcelista tinha terminado e o país acordava com António de Spínola como Presidente da Junta de Salvação Nacional.

Nesta sequência foi pedido ao povo que se mantivesse em casa, mas foi exactamente

isso que os proletários urbanos e rurais não fizeram. Perante o fervilhar de organização e contestação dos operários com recurso principalmente a greves, Spínola organiza uma manifestação denominada de “Maioria Silenciosa” no dia 28 de Setembro de 1974. Foi um falhanço, e o general apresenta a sua demissão. O seu sucessor, Francisco da Costa Gomes, mantém Vasco Gonçalves como chefe de governo. Inicia-se um período de fortíssimas lutas sociais com ocupações de empresas e reforço do poder dual das organizações de trabalhadores que disputavam a autoridade com o governo. É então que, no dia 11 de Março de 1975, respondendo aos anseios dos latifundiários e da burguesia, Spínola dirige uma tentativa de golpe de Estado que acaba gorada. Vasco Gonçalves vê-se forçado a radicalizar o Processo Revolucionário, empurrado pelo proletariado e sob perigo de uma contra-revolução. Cedendo às reivindicações dos bancários em greve, nacionaliza a banca e os seguros. São igualmente nacionalizadas a CUF e a Lisnave, com o suporte do COPCON dirigido por Otel Saraiva de Carvalho. Mesmo após o Pacto MFA-Partidos e a vitória do PS nas eleições para a Assembleia Constituinte, o Verão Quente traz ocupações de fábricas, latifúndios e a criação de várias organizações de base popular que aceleravam os acontecimentos, pressionando a resposta das várias forças reacionárias de extrema-direita conotadas com os grandes latifundiários, a burguesia e a Igreja Católica.

Nunca a luta de classes estivera tão intensa e exposta como naquela época. O pro-

letariado tomava o poder ou seria derrotado pelos ataques da classe dominante. A reforma agrária, as manifestações, as greves e os órgãos de poder proletário multiplicam-se e fortalecem-se, mas a 25 de Novembro de 1975 dá-se um golpe contra-revolucionário pelo regimento dos comandos com o apoio do Grupo dos Nove subordinados aos interesses de várias facções da burguesia. Entretanto, já Vasco Gonçalves tinha sido substituído no cargo de primeiro-ministro pelo almirante Pinheiro de Azevedo. A contra-revolução tinha vencido com o apoio dos partidos da direita, PPD e CDS, e do PS.

A Constituição da República Portuguesa foi aprovada a 2 de Abril de 1976 com os votos de PS, PPD, PCP, MDP-CDE e UDP. Este documento acabou por reflectir muitas das conquistas alcançadas pelas forças revolucionárias, desde habitação, saúde, educação, direitos laborais a subidas salariais. O seu conteúdo progressista foi votado num contexto ainda marcado pelas recentes lutas dos trabalhadores e respectiva mudança na correlação de forças. Todavia o mais importante não aconteceu: o Estado não foi tomado pelo proletariado organizado e o seu aparelho ficou assim sujeito ao retrocesso social que viria a acontecer. Estavam criadas as condições para a estabilidade do Estado de direito e de todas as instituições democráticas burguesas conquanto fosse visível o conteúdo programático socialista da Constituição. A burguesia necessitava que a ordem garantida pela legalidade jurídica proporcionasse condições de acumulação de capital e repressão de qualquer ofensiva da

classe trabalhadora mesmo pregando uma falsa unidade nacional interclassista.

Não foi preciso esperar muito até se sucederem as primeiras revisões. Em 1982, e após uma primeira intervenção do FMI em 1977, o conteúdo socialista da Constituição é suavizado, o Conselho da Revolução abolido e são moderadas as normas relativamente à Reforma Agrária e às nacionalizações. Já se preparava o caminho para a integração na Comunidade Económica Europeia após a segunda intervenção do FMI em 1983. Se dúvidas houvesse quanto ao refluxo da luta dos trabalhadores e a nova ofensiva do capital internacional, a assinatura da adesão da CEE em 1986 e a revisão constitucional de 1989 não deixaram margem para questionamentos. A mudança textual da frase «na sua transformação numa sociedade sem classes», substituída pela expressão «na construção de uma sociedade livre, justa e solidária», constituía apenas um eufemismo. Abriu-se o campo para as privatizações e para uma reconfiguração das funções do Estado. A porta estava aberta para a consolidação da burguesia portuguesa e o investimento do capital estrangeiro.

Daqui para a frente as revisões mais importantes foram feitas em 1992 e em 1997 para adaptar o texto constitucional aos princípios dos Tratados da União Europeia, Maastricht e Amesterdão. O processo de adesão ao Euro apenas confirmou o que se esperava: subordinação às instituições europeias, em especial ao capital financeiro das

potências imperialistas como a Alemanha. Durante todo este período a desindustrialização e a financeirização da economia, assim como a aposta no sector terciário com a consequente deslocalização de fábricas, enfraqueceram as organizações dos operários, nomeadamente os sindicatos. A pouca capacidade para inverter este rumo deve ainda ser explicada pela pouca combatividade das direcções sindicais, com especial ênfase para o neocorporativismo da concertação social especialmente promovida pela UGT. O carácter programático da Constituição de 1976 já não apresenta qualquer perigo para a classe dominante. Agora o plano é esvaziá-la por completo.

### DEFENDER A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA NÃO CHEGA

É verdade que a Constituição mantém liberdades e garantias, assim como direitos sociais e económicos. Também devemos reconhecer que, apesar das revisões efectuadas, aqueles que são os princípios de um Estado democrático burguês assente num modelo social minimamente progressista permanecem na lei fundamental portuguesa. A questão é saber se um programa de um partido operário com uma linha revolucionária marxista pode contentar-se com a sua preservação.

Não negamos a intenção mais que provável de PS, PSD e CDS prepararem um

novo ataque aos limites constitucionais em áreas como a saúde, a educação ou a administração pública para gáudio do grande capital europeu. Mas, por outro lado, não custa reconhecer que nenhum Tribunal Constitucional até hoje impediu a imensa desvalorização salarial sofrida pelos trabalhadores. Nem sequer existe qualquer norma constitucional que tenha constituído um obstáculo à flexibilização laboral ou aos despedimentos massivos. A força de trabalho precária e a falta de condições já são, por si, a regra neste canto periférico cada vez mais sujeito aos mandos e desmandos das grandes organizações capitalistas internacionais. Se efectivamente queremos condições de vida dignas para quem vive do seu trabalho, temos de ter em mente que estas são determinadas pela luta de classes, e que a única forma de ter conquistas permanentes é alterar as relações sociais de produção. Sem um combate cerrado contra a burguesia, a superestrutura jurídica de pouco nos servirá. Já nem se trata de consolidar as conquistas democráticas do 25 de Abril. Insistir na via legalista e parlamentar é ignorar o jogo viciado do direito burguês que reflecte a actual correlação de forças favorável aos nossos inimigos de classe. As suas normas apenas formalizam as correntes que amarram o proletariado no momento actual. É a luta de classes a força motriz da História e só a vitória do proletariado trará uma Constituição que consolide um Estado socialista.



Jonas Van Vossle

As recentes lutas sociais em vários países da Europa fizeram ressurgir a questão da organização. Como melhor combater a austeridade e o capitalismo? Através de assembleias populares, como em 2011 e agora novamente no movimento Nuit Debout, em França? Através de partidos amplos como o Syriza ou o Podemos? Ou numa organização revolucionária? Vejamos como esta questão da organização da classe trabalhadora se punha no período do PREC.

Marx fazia a distinção entre uma classe em si e uma classe para si. Ou seja, entendia que existe uma diferença entre a condição de trabalhador — como ser humano dependente do seu trabalho para viver — e a consciência de ser trabalhador. Hoje em dia, esta distinção é muito explícita. Quantos trabalhadores não se acham “colaboradores”,

ticulares: defendem as condições de trabalho, os direitos sociais, a saúde dos trabalhadores, o aumento dos salários... O seu primeiro plano de acção é o local de trabalho, a greve e a concertação social. As organizações políticas, por outro lado, têm o objetivo de mudar a sociedade no seu todo no interesse da classe trabalhadora, ou seja, tomar o poder político com vista a implementar um programa político. O plano de acção, por isso, é um pouco diferente: são as associações, os bairros, o nível municipal, nacional ou in-

progressista, principalmente nos grandes centros urbanos. Entre estas organizações havia socialistas utópicos, anarquistas e os primeiros sindicatos. Durante todo o período da ditadura o regime reprimiu brutalmente qualquer organização independente da classe trabalhadora, organizando-a em associações trans-classistas e paternalistas como a Mocidade Portuguesa, enquanto era tolerada uma “oposição liberal” fantoche da

# ORGANIZAÇÃO E CLASSE NO PREC

“Estas divisões políticas no seio da esquerda e a falta de uma estratégia de conquista do poder pela classe trabalhadora, fez com que a esquerda e os trabalhadores não estivessem preparados para o golpe reacionário de 25 de Novembro de 1975, que drasticamente pôs fim ao PREC e deixou a revolução a meio caminho.”

“funcionários” ou “classe média”? A “falsa consciência” é reforçada pela organização de trabalho neoliberal que precariza os contratos de trabalho, que impõe estatutos como os recibos verdes, ou que faz dependente dos lucros da empresa parte da compensação pelo trabalho. Para a constituição dos trabalhadores como classe para si, consciente de si, é preciso organização. Portanto, desde a emergência da classe trabalhadora como tal, ela foi acompanhada por diversas maneiras de se organizar; e as organizações foram vitais para as suas conquistas sociais.

Historicamente podemos dividir estas organizações em dois tipos: as suas organizações sindicais e as organizações políticas. Muitas vezes as organizações políticas têm origem nas forças sindicais e vice-versa. Mas estas organizações têm objetivos distintos: diferenças que se distinguem no processo revolucionário. As organizações sindicais costumam ter objetivos económicos e par-

ternacional, por métodos reformistas ou revolucionários. A forma predominante destas organizações é o partido; a organização representativa dos trabalhadores constituída por militantes e membros comprometidos com um programa político por uma sociedade onde a classe trabalhadora tenha controlo sobre a economia, ou seja, uma sociedade socialista.

Como se desenvolveram estas organizações historicamente em Portugal e que papel tiveram no PREC?

O regime fascista do Estado Novo que precedeu a revolução de 1974, tinha chegado ao poder como reação ao período de convulsões sociais e políticas durante a Primeira República. Baseando-se na indústria autárquica retrógrada, na alta finança e nos interesses coloniais, esse regime tinha como principal objetivo combater as primeiras organizações duma emergente classe trabalhadora, assim como uma pequena-burguesia

burguesia.

Durante este período, a esquerda foi obrigada a organizar-se na clandestinidade — muitas vezes desde o estrangeiro e com grandes sofrimentos: centenas de militantes presos, torturados e mortos. Era por isso um período que necessitava de grande centralismo no trabalho político. Enquanto que as organizações de esquerda radicais — como a LUAR — ficaram bastante isoladas e tinham de recorrer a atos simbólicos de ação direta ou terrorismo político, como o assalto ao “Santa Maria”, o Partido Comunista Português era a organização mais importante, com maior base quer em sectores mais avançados da classe, no campo e na cidade, como em sectores e pequena-burguesia democrática, chega às vésperas da revolução como o partido com mais peso social no campo anti-fascista.

No seguimento do golpe de 25 de abril de 1974, a queda da ditadura levou a uma

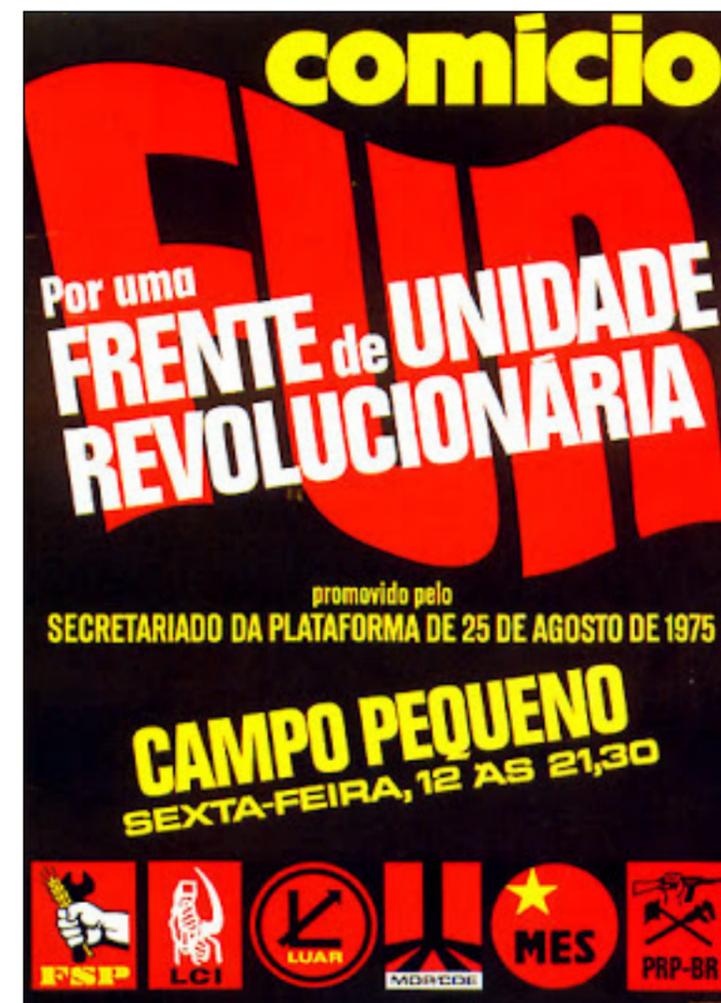
rápida transformação do cenário político português. Não só o fim da repressão política permitia o surgimento e legalização de diversas organizações, como também a crise de regime tinha aberto um período turbulento em que a luta de classes era aberta e se dava com grandes avanços e recuos em curtos espaços de tempo e aos quais nenhuma das forças existentes conseguia dar resposta. O PCP saiu da clandestinidade como a única força partidária com algum apoio das massas — tanto dos trabalhadores rurais no Alentejo como dos operários dos grandes centros urbanos. À sua esquerda surgiram uma série de organizações que estavam muito envolvidas nos movimentos estudantis, na ação direta, mas que até então careciam de apoio na classe trabalhadora, incluindo o MRPP, a LCI (mais tarde PSR), e os movimentos que iriam resultar na UDP, estes últimos fundadores do BE. Ao mesmo tempo, a burguesia democrática constitui, em colaboração com a social-democracia Alemã, o Partido Socialista que tinha de servir de contrapeso à ‘ameaça comunista’. O PREC foi um período de grandes experiências não-partidárias; de inúmeras auto-organizações cooperativas e associativas, que serviam como formas de organização para lutas locais, como na reforma agrária ou na questão da habitação. Também serviam de base de apoio aos movimentos de esquerda, mas não estavam ao alcance da tarefa política da revolução socialista.

Com o seu prestígio na resistência antifascista e a sua influência junto da classe trabalhadora e parte dos militares do MFA, o Partido Comunista estava melhor posicionado para liderar a classe trabalhadora num processo de transformação socialista. No entanto, esse não era o objetivo do PCP, que naquela altura defendia a prioridade da estabilização dum governo democrático — burguês — antes de avançar para o socialismo. Foi nesse contexto que o PCP entrou em todos os governos provisórios junto com os partidos burgueses, o PS e o PPD, à excepção do V governo. Isto fez com que o PCP, em muitas das lutas, seguisse atrás dos movimentos, em vez de os liderar e organizar. Esta política de retaguarda do PCP levou a grandes críticas das organizações à sua esquerda, que acusavam o PCP de fazer

alianças com a burguesia e travar a revolução. Ao mesmo tempo, estas organizações permaneciam isoladas e dispersas. A fraca implementação entre os trabalhadores, a falta de organização e formação política coletiva, faziam com que as suas críticas e actuações — principalmente do lado Maoista — facilmente resvassem para esquerdismos; crítica que lhes era frequentemente dirigida pelo PCP. Só em final de Agosto de 75, em plena crise revolucionária, é que a 1ª plataforma abrangente da esquerda surge, mas a FUP - Frente de Unidade Popular, que integrava o PCP e as organizações mais importantes à sua esquerda, perdura apenas alguns dias, a saída do PCP dá origem à FUR - Frente de Unidade Revolucionária, mas esta continuava sem uma estratégia comum sólida para o avanço do processo revolucionário, ela surgiu apenas como uma plataforma de apoio ao V Governo Provisório de Vasco Gonçalves, extinguindo-se com este. Estas di-

visões políticas no seio da esquerda e a falta de uma estratégia de conquista do poder pela classe trabalhadora, fez com que a esquerda e os trabalhadores não estivessem preparados para o golpe reacionário de 25 de Novembro de 1975, que drasticamente pôs fim ao PREC e deixou a revolução a meio caminho.

Hoje em dia as organizações dos trabalhadores: sindicais, sociais e políticas, atravessam um período de grandes desafios. Com a crise estrutural do capitalismo mundial abriu-se uma crise política das organizações que têm governado no interesse da burguesia. A principal tarefa da esquerda torna-se, então, a ultrapassagem de sectarismos históricos de forma a construir, ligando as várias lutas pela base, uma alternativa socialista a esses partidos e ao seu sistema falido. Esta alternativa terá, necessariamente, de retirar as devidas lições da Revolução Portuguesa, para poder cumprir as suas tarefas históricas.



# A REVOLUÇÃO NO CAMPO



João Reberti

## A “POBREZA NATURAL”

“A questão agrária em Portugal” é editado no Brasil, em 1968, enquanto o seu autor, Álvaro Cunhal, vivia na clandestinidade. No livro, o histórico dirigente do PCP refuta duas teses repetidas durante o Estado Novo. A primeira é a da “pobreza natural do país” como explicação da pauperização permanente; a segunda a que afirma que Portugal é um país condenado a ser “essencialmente agrícola”.

É através da ferramenta do materialismo dialéctico que Cunhal destrói a argumentação salazarista. Primeiro, explica que a pobreza se deve à falta de prospecção territorial, de capacidade hidroeléctrica e de áreas susceptíveis de rega, à indústria envelhecida, aos métodos ultrapassados aplicados na lavoura, à inexploração dos jazigos de ferro e aço e, por último, a 1 191 000 hectares incultos mas cultiváveis. Aponta também a obsessão em produzir vinhas que poderiam dar lugar à produção de cereais, frutas e variados produtos hortícolas.

As teses fascistas não são ingénuas, escondiam o caos da produção capitalista e das

contradições entre capital e trabalho. Para resolver estes problemas seria necessária planificação e investimento público, contrárias ao interesse do grande capital que preferia, por exemplo, ter bons lucros com pouco investimento na produção de cortiça em vez de aplicar capital a outros produtos agrícolas que suprissem as necessidades da população. Enquanto havia fome, desperdiçavam-se, assim como hoje, toneladas de fruta que não podia competir com os preços da grande propriedade nacional ou estrangeira. O congelamento do desenvolvimento favorecia a manutenção do status quo, permitindo à classe dominante recusar a liberalização da competição interna e até, menos eficientemente, da externa.

Quanto à segunda tese, a do “país essencialmente agrícola”, Cunhal ataca tanto a autarcia artificial e anti-histórica, defendida pelo fascismo, como a “especialização internacional no desenvolvimento industrial”, isto é, a liberalização do mercado mundial e a teoria das vantagens competitivas (refutada também pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky). Isto mais não era do que a redução dos países menos desenvolvidos a economias subsidiárias dos países mais

desenvolvidos.

## A TERRA E O PROLETARIADO

Desde que existe propriedade privada da terra, o poder está nas mãos de quem a detém. O problema dos latifúndios no sul de Portugal perpassa os regimes fascista, republicano e monárquico. Quando os reinos cristãos conquistaram os territórios aos emiratos do sul da península, estabeleceu-se este tipo de propriedade: grandes extensões de terreno, até 20 000 hectares, que devido ao abandono e à má utilização, contribuíram para a desertificação da região.

Com a 1ª República, nasceram os sindicatos de trabalhadores rurais, lutando pela distribuição das terras como única forma de garantir o seu emprego e subsistência.

Quando se dá o 25 de Abril, já há décadas se travava a resistência aos latifundiários. Cerca de 85% da população agrícola era proletária, isto é, dependia única e exclusivamente do salário, muitas vezes conseguindo-o somente em trabalhos sazonais. A pobreza extrema era generalizada. Tão poucas quanto 5% de todas as explorações compreendiam 85% da terra cultivável!

As primeiras ocupações foram espon-

tâneas. Tal não significa de forma alguma que não resultem da intervenção de uma organização. É o trabalho de propaganda do PCP, durante décadas, que confere às ocupações uma índole socialista. Em fevereiro de 75, na I conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, esse partido assume a defesa da reforma agrária. As terras deveriam ser entregues a sindicatos ou a ligas de pequenos agricultores, ou então exploradas pelo Estado através das UCP — Unidades Colectivas de Produção.

Sem espanto, os expropriados não ficaram de braços cruzados. A classe possidente fez sabotagem económica para defender os seus interesses, travou a produção, destruiu colheitas, queimou terras e inutilizou máquinas.

No dia 16 de Abril de 75, em Beja e Évora, 20 000 trabalhadores exigiram a expropriação dos latifúndios sem indemnização.

“A pobreza extrema era generalizada. Tão poucas quanto 5% de todas as explorações compreendiam 85% da terra cultivável!”

zação. É durante o verão quente que o IV Governo aprova, à revelia do PS, as leis que constituem a reforma agrária.

Contudo, para retirar proveito da terra era necessário investimento. É o V governo que, pressionado por grandes mobilizações, aprova o crédito, mas a medida só é decretada pelo VI Governo a 29 de Setembro de 1975.

Ora, de forma a impedir o desenvolvimento da situação de duplo-poder, o Estado forma centros e conselhos regionais, controlados pelo Ministério da Agricultura e Pescas, contendo a influência dos principais órgãos de poder proletário no campo — os sindicatos rurais.

## OS NÚMEROS DA REFORMA AGRÁRIA

A ZIRA englobava 40% do território nacional — Beja, Évora, Portalegre, Setúbal, parte de Castelo Branco e Santarém, dois concelhos de Lisboa e algumas freguesias de Faro.

O PCP, empurrado pela onda avassaladora das ocupações, procura centralizar a produção de todas as terras ocupadas, mas a constituição das grandes UCPs só se dá em outubro de 75, nas vésperas da contra-revolução. É neste período que ocorrem 2/3 de todas as ocupações do PREC. Em setembro e outubro de 75 é concedido o crédito às UCPs e verbas para os centros de reforma agrária.

Uma das vitórias da Revolução foi o aumento do domínio do homem sobre as forças da natureza — da produtividade. Entre 75 e 76, o número de postos de trabalhos permanentes passou de 11 100 para 44 100, o número de postos eventuais de 10 600 para 27 800! A área correspondente às culturas de sequeiro aumentou de 85 000 hectares para 255 000 com a ocupação de terras. Os hectares de culturas em regadio passaram de 7000 para 16 000, provando

proprietários e das leis do mercado.

As ligas agrícolas não conseguiram competir no mercado com a produção estrangeira. Fecharam portas. As UCPs conheceram o mesmo fim. Os sucessivos governos PS/PSD boicotaram as UCPs, não atribuindo os apoios e empréstimos devidos, desrespeitando a Constituição e os acórdãos dos tribunais que davam razão às UCPs. Com a finalidade de destruir “a mais bela conquista da revolução”, o PS, PSD e CDS não hesitaram nem ante a morte. A 27 de Setembro de 1979, durante o mandato de Maria de Lurdes Pintassilgo, dois trabalhadores da cooperativa de Escoural, que tentavam impedir o roubo de gado por parte do antigo proprietário, foram assassinados pela GNR.

A contra-revolução teve efeitos nefastos. Mas o progresso social conquistado, arrancado das mãos da burguesia, deixa marcas indelevelis na memória colectiva do proletariado rural, especialmente na antiga ZIRA. Vemos isto até pelos resultados eleitorais do PCP. Contudo, o tempo erode a memória e as gerações mais novas, que colhem os frutos da Revolução sem a ter vivido, precisam que ela lhes seja dada a conhecer.

que era possível aproveitar melhor a água disponível e chegar à água anteriormente indisponível. O número de tratores passou de 2630 para 4150 e as máquinas de colheitas de 960 para 1720. Ao todo foram ocupados 1 milhão e 100 mil hectares, aumentou-se a produtividade do trigo, da cevada e da aveia entre 20% e 40%. Aumentou também o número de cabeças de gado e melhoraram-se infraestruturas. Fica evidente que de pobreza natural há muito pouco em Portugal, o que existia, e existe ainda hoje, é um regime de propriedade caduco que tem que ser ultrapassado para que possamos garantir não só o bem-estar de todos os que trabalham, mas também uma produção ecológica, que não destrua a natureza para gerar lucro.

## UMA NOVA REFORMA AGRÁRIA

Após a vitória da contra-revolução, a 25 de Novembro de 1975, o projecto transformador das relações de produção ficou refém de um governo defensor dos grandes

Preservando as lições da Revolução Portuguesa, entendemos ser urgente organizar a classe trabalhadora, e especialmente os jovens, na luta por um programa que responda às suas necessidades e anseios. Lutamos por uma economia planificada de forma a garantir o pleno emprego e a soberania alimentar, o reavivamento da produção agrícola sob as mais desenvolvidas técnicas de produção, repopulando o interior do país e organizando a saúde, educação e transportes de forma a atender às necessidades humanas e não ao lucro. Não esquecemos que foi durante o PREC (Processo Revolucionário Em Curso) que o ciclo de desertificação no interior foi contrariado e invertido, nem esquecemos que foi o capital e os seus partidos que colocaram os trabalhadores do campo na situação actual. Só a classe trabalhadora, unida na luta, pode resolver os problemas candentes da nossa sociedade!

# Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.4 MAI / JUN '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00

25 de Abril no Largo do Carmo, fundo AMS



*Gonçalo Romeiro*

**P**assaram-se 42 anos desde o golpe inaugural da Revolução Portuguesa, 40 anos desde a aprovação da Constituição da República Portuguesa que reflecte parte das suas conquistas, lutas e aspirações. Como estamos, passado todo este tempo?

O golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro abriu as portas à consolidação capitalista. A democracia ficou remetida para o canto do cretinismo parlamentar, onde, de 4 em 4 anos, o povo trabalhador vota no representante da classe dominante que o irá espezinhar. Mas onde a vida realmente se decide, na economia, a lei do lucro voltou a imperar, a terra foi devolvida aos grandes latifundiários, a banca e os sectores estratégicos regressaram às mãos daqueles que melhor viveram com Salazar e Caetano.

Não obstante, o capitalismo, hoje, está encurrulado. Para manter a taxa de lucro apressa-se a intensificar a exploração, a destruir direitos democráticos, a criar guerras, sem que a

economia mundial cresça. Fala-se em “estagnação secular” e, por mais que a riqueza produzida por quem trabalha seja injectada no sistema financeiro, ele continua a ruir perante os nossos olhos.

Não é fortuito que os lacaios do capital se tenham aplicado tanto a denegrir a história da Revolução. Sabem que nela o povo trabalhador encontra o caminho para o fim da sua exploração. Preservar e disseminar as lições do PREC (Processo Revolucionário Em Curso) é vital! Cada vez mais trabalhadores devem compreender que só colectivamente, pela sua organização em cada bairro, cada empresa, cada escola e universidade podem ter nas mãos os seus destinos, escolher o rumo das suas vidas. É urgente criar as comissões de moradores e trabalhadores, fortalecer e democratizar um movimento sindical combativo e de massas, construir uma Frente Unida da esquerda, pôr fim ao sectarismo!

A Revolução ensinou-nos que os meios de produção e reprodução da vida têm de ser controlados democraticamente por quem tra-

balha, que só assim é possível erradicar a pobreza e salvar o planeta da eminente catástrofe climática. Acima de tudo, aprendemos que as revoluções não podem aceitar o isolamento, que são internacionalistas por natureza, que não respeitam nenhuma fronteira traçada pelo capital.

Em 74/75 um novo mundo esteve muito próximo. Vimos que tal como as revoluções africanas foram a centelha da revolução em Portugal, também esta ateou a luta contra Franco no Estado espanhol e contra a ditadura dos coronéis na Grécia. Mas o povo trabalhador não tinha um partido revolucionário internacional capaz de ligar tudo isto num processo mundial. Hoje assistimos ao desenvolvimento de grandes mobilizações que, instintivamente, ganham um carácter radicalmente anti-capitalista e internacionalista. São os embriões das revoluções vindouras. A nossa tarefa é fortalecer esses processos com organização e uma perspectiva revolucionária clara de construção do Socialismo, não só em Portugal, mas no mundo.